

HOSPITAL DAS FORCAS ARMADAS

Termo de Referência 237/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
237/2026	112408-HOSPITAL DAS FORCAS ARMADAS	BRUNO MACHADO BORTOLOTTTO	23/04/2026 11:02 (v 0.8)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		60550.009589/2026-54

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais permanentes destinados à Subdivisão de Tratamento Intensivo (UTI), referente à republicação dos itens fracassados do Pregão Eletrônico nº 90016/2026 (itens 4, 6 e 9), visando atender às necessidades assistenciais do Hospital das Forças Armadas – HFA, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Termo de Referência.

1.1.1. Estimativas detalhada:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	DESCRIPTIVOS COMPLEMENTARES (para realização da proposta)	UND	VALOR UNITÁRIO	QTDE	VALOR TOTAL
			<p>CARRINHO DE EMERGÊNCIA E PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA</p> <p>1. OBJETO E FINALIDADE: Destinado à organização, armazenamento e transporte ágil de medicamentos, insumos e equipamentos para suporte avançado de vida (PCR) em UTIs, Emergências e unidades de internação. Justificativa: Garante padronização e prontidão assistencial, permitindo que todos os itens críticos estejam acessíveis em segundos durante atendimentos de emergência, otimizando o tempo-resposta em PCR.</p> <p>2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: 2.1 Estrutura: Construção em material metálico anticorrosivo (aço inox ou carbono com pintura epóxi) ou polímeros de alta performance. Superfícies lisas e sem frestas, resistentes a desinfetantes hospitalares (Álcool 70%, Hipoclorito, Quaternário). Justificativa: Materiais anticorrosivos garantem durabilidade; superfícies lisas facilitam desinfecção rigorosa. 2.2 Tampo e Mobilidade: Tampo superior em polímero resistente com bordas elevadas (evitar queda de objetos). Mínimo de 04 rodízios giratórios 360° (diâmetro mín. 100 mm), sendo pelo menos 02 com freios de dupla ação. Justificativa: Bordas elevadas protegem materiais; rodízios robustos garantem deslocamento suave e rápido; freios</p>				

1	CARRINHO DE EMERGENCIA E PARADA:	410764	<p>asseguram estabilidade durante uso. 2.3 Sistema de Armazenamento: Mínimo de 04 gavetas com sistema de extração total e corrediças telescópicas de alta resistência. Primeira gaveta com divisórias removíveis para organização de medicamentos. Sistema de travamento único centralizado compatível com lacre de segurança. Justificativa: Extração total permite visualização completa; divisórias organizam medicamentos por classe; travamento centralizado facilita auditoria e controle. 2.4 Acessórios Integrados: Para-choque perimetral em borracha ou polímero. Suporte giratório para monitor/desfibrilador com capacidade mínima de 15 kg. Suporte lateral para soro com regulagem de altura. Suporte para cilindro de oxigênio. Tábua de massagem cardíaca rígida em local de fácil e rápido acesso. Justificativa: Para-choque protege paredes e equipamentos; suportes integrados evitam necessidade de estruturas adicionais; tábua acessível agiliza início da RCP. 2.5 Módulo Elétrico: Régua com mínimo de 04 tomadas padrão brasileiro (2P+T). Cabo de alimentação com mínimo 2 metros. Proteção contra sobrecarga com disjuntor ou fusível. Justificativa: Múltiplas tomadas permitem conexão de equipamentos simultaneamente; cabo longo garante flexibilidade de posicionamento; proteção evita danos elétricos. 2.6 Dimensões e Capacidade: Altura: 950-1100 mm. Largura: 700-800 mm. Profundidade: 400-550 mm. Capacidade de carga total: mínimo 150 kg. Justificativa: Dimensões ergonômicas facilitam manuseio; capacidade adequada para todos os equipamentos e insumos necessários em PCR.</p> <p>3. PRAZO DE ENTREGA: O prazo máximo de entrega do objeto será de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento ou assinatura do contrato.</p> <p>4. REQUISITOS REGULATÓRIOS: Módulo elétrico em conformidade com norma ABNT NBR IEC 60601-1. Registro ANVISA vigente (quando aplicável à classificação do produto). Equipamento novo e de primeiro uso. Justificativa: Assegura segurança elétrica em ambiente hospitalar e conformidade regulatória.</p> <p>5. ACESSÓRIOS E ITENS OBRIGATÓRIOS: 01 Suporte para soro com regulagem de altura. 01 Suporte para cilindro de oxigênio. 01 Tábua rígida de massagem cardíaca. Manual de uso e manutenção em português. Termo de Garantia do fabricante. Justificativa: Acessórios garantem funcionalidade completa sem necessidade de aquisições complementares.</p> <p>6. ASSISTÊNCIA E SUPORTE: Assistência técnica ou representante legal estabelecido em território nacional para gestão de reparos e reposição de componentes durante o período de garantia. Justificativa: Presença nacional agiliza atendimentos e garante disponibilidade de peças de reposição.</p> <p>7. GARANTIA: Mínimo de 24 meses para estrutura, rodízios, gavetas e componentes metálicos/poliméricos. Mínimo de 12 meses para acessórios (suportes e tábua), contados a partir do recebimento definitivo. Justificativa: Garantia diferenciada reflete diferentes expectativas de vida útil dos componentes, protegendo o investimento.</p> <p>8. DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA: Catálogo técnico original do fabricante. Tabela comparativa detalhada confrontando especificações exigidas com o produto ofertado (item a item). Declaração de garantia. Registro ANVISA (se aplicável).</p>	UND	R\$ 4.169,44	5	R \$ 20.847,20
---	----------------------------------	--------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----	--------------	---	----------------

9. ACEITAÇÃO E REJEIÇÃO: Recebimento definitivo após conferência quantitativa de acessórios e testes funcionais (rodízios, freios, extração de gavetas, travamento e régua elétrica). Rejeição automática para itens com avarias na pintura ou estrutura, gavetas com travamento irregular, rodízios defeituosos ou ausência de qualquer acessório obrigatório. Justificativa: Testes práticos asseguram funcionalidade plena para uso imediato em emergências. A ausência de comprovação técnica das especificações declaradas, por meio de catálogo, manual ou documento oficial do fabricante, implicará na desclassificação da proposta.

11. OBRIGAÇÕES E SANÇÕES: Conforme Lei 14.133 /2021. Multas de até 20% por descumprimento. Julgamento por Menor Preço.

12. DAS EXIGÊNCIAS GERAIS DA PROPOSTA: A proposta deverá conter, obrigatoriamente, a indicação de marca e modelo do produto ofertado, acompanhada de catálogo técnico ou manual do fabricante que comprove o atendimento integral às especificações exigidas neste Termo de Referência. A ausência de identificação de marca e modelo, ou a não comprovação das especificações técnicas por meio de documentação oficial do fabricante, implicará na desclassificação da proposta.

GERADOR DE MARCAPASSO CARDÍACO EXTERNO TEMPORÁRIO

1. OBJETO E FINALIDADE: Destinado à estimulação cardíaca temporária em bradiarritmias graves, bloqueios atrioventriculares ou pós-operatório cardíaco em UTIs, Emergências e Hemodinâmica. Justificativa: Essencial para manutenção do débito cardíaco em situações críticas até resolução da causa base ou implante de marcapasso definitivo, garantindo suporte vital imediato.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: 2.1 Mínimo 04 (quatro) modos programáveis, sendo obrigatórios: DDD, DDI, DOO e VOO (unicameral e bicameral). Os modos AAI, AOO, VVI e estimulação atrial rápida (overdrive pacing /RAP) de até 800 ppm são desejáveis, sendo aceitos modos ou funcionalidades equivalentes a critério do fabricante, desde que devidamente comprovados em catálogo técnico. Justificativa: Os modos obrigatórios contemplam as principais necessidades clínicas em bradiarritmias e bloqueios atrioventriculares; os modos desejáveis ampliam as possibilidades terapêuticas em arritmias complexas, porém sua ausência não compromete a segurança e eficácia do equipamento nas situações mais prevalentes em UTI, Emergência e Hemodinâmica. 2.2 Parâmetros de Estimulação: Frequência: Básica (30 a 200 ppm). Amplitude: Atrial (0,1 a 20 mA) e Ventricular (0,1 a 25 mA). Largura de Pulso: Atrial ajustável de até 2,0 ms e Ventricular ajustável de até 2,0 ms. Intervalo AV: Ajustável de 50 a 300 ms. Justificativa: Ampla faixa de ajustes permite personalização conforme resposta individual do paciente e otimização da captura cardíaca. 2.3 Sensibilidade e Detecção: Ajuste independente para átrio e ventrículo (detecção de ondas P e R). Indicação visual de captura e alarme de perda de sensibilidade. Alarme sonoro é desejável. Justificativa: Monitoramento em tempo real permite intervenção imediata

2	MARCAPASSO CARDIACO HOSPITALAR:	601061	<p>em caso de falha de captura; a indicação visual é suficiente para ambientes hospitalares com monitorização contínua, sendo o alarme sonoro desejável como recurso adicional de segurança. 2.4 Funções Especiais: Estimulação atrial rápida (overdrive pacing/RAP) de 80 a 800 ppm para reversão de taquiarritmias é desejável, sendo aceita funcionalidade equivalente a critério do fabricante, desde que devidamente comprovada em catálogo técnico. Função "Pausa" para avaliação do ritmo cardíaco intrínseco. Justificativa: Recursos avançados ampliam possibilidades terapêuticas em arritmias complexas, porém sua ausência não compromete a segurança e eficácia do equipamento nas situações mais prevalentes em UTI, Emergência e Hemodinâmica. 2.5 Alimentação: Bateria interna recarregável ou sistema de pilhas/baterias substituíveis, com autonomia mínima de 07 (sete) dias de uso contínuo nas configurações nominais de operação. Justificativa: Autonomia prolongada reduz trocas frequentes; backup garante segurança durante manutenção. 2.6 Segurança: Proteção contra descargas de desfibrilação com recuperação automática. Proteção contra inversão de polaridade e ajustes acidentais (tampa ou trava). Memória não volátil para parâmetros programados. Justificativa: Proteções essenciais em ambiente de emergência; memória preserva configurações em caso de perda de energia. 2.7 Interface: Display digital de alta visibilidade sob diferentes condições de iluminação. Conectores padronizados com trava de segurança e identificação clara de polaridade. Justificativa: Facilita leitura rápida e conexões seguras em situações críticas. 2.8 Construção: Gabinete em plástico de engenharia selado contra respingos. Resistente a Álcool 70% e quaternários. Design compacto com alça para fixação em suporte ou grade do leito. Justificativa: Resistência a desinfetantes garante durabilidade; fixação segura previne quedas acidentais.</p> <p>3. PRAZO DE ENTREGA: O prazo máximo de entrega do objeto será de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento ou assinatura do contrato.</p> <p>4. REQUISITOS REGULATÓRIOS: Registro ANVISA vigente. Conformidade com normas ABNT NBR IEC 60601-1 e 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética). Equipamento novo com manual em português. Justificativa: Assegura conformidade legal e segurança em ambiente hospitalar com múltiplos equipamentos elétricos.</p> <p>5. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO: Entrega técnica com autoteste funcional de todos os sistemas. Treinamento prático presencial (mín. 3h) para pelo menos 6 profissionais, abordando modos de estimulação, interpretação de alarmes, troca de baterias e solução de problemas. Justificativa: Autoteste valida funcionamento; treinamento capacita equipe para uso seguro em situações críticas.</p> <p>6. ASSISTÊNCIA E SUPORTE: Rede nacional de assistência técnica autorizada. Suporte remoto em 24h e diagnóstico presencial em até 48h úteis. Reparo concluído em até 15 dias úteis. Justificativa: Suporte rápido é crítico para equipamento de suporte vital; prazo de reparo minimiza impacto assistencial.</p> <p>7. GARANTIA: Mínimo de 12 meses integral (exceto baterias, conforme prazo do fabricante). Inclui mão de obra, peças originais e atualizações de firmware sem ônus.</p>	UND	R\$ 13.176,35	2	R \$ 26.352,70
---	---------------------------------------	--------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----	---------------	---	-------------------

Justificativa: Garantia estendida protege investimento; atualizações mantêm equipamento atualizado tecnologicamente.

8. DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA: Registro ANVISA vigente, catálogo técnico detalhado com todos os modos e parâmetros, Termo de Garantia do fabricante e certificados de conformidade IEC.

9. ACEITAÇÃO E REJEIÇÃO: Recebimento definitivo após verificação de todos os modos de estimulação obrigatórios, testes de sensibilidade e segurança elétrica. Rejeição automática para itens usados ou com faixas de amplitude fora do especificado. Justificativa: Testes rigorosos asseguram funcionamento adequado em todas as situações clínicas possíveis. A ausência de comprovação técnica das especificações declaradas, por meio de catálogo, manual ou documento oficial do fabricante, implicará na desclassificação da proposta.

10. OBRIGAÇÕES E SANÇÕES: Conforme a Lei 14.133/2021. Multas de até 20% por descumprimento. Julgamento por Menor Preço.

11. DAS EXIGÊNCIAS GERAIS DA PROPOSTA: A proposta deverá conter, obrigatoriamente, a indicação de marca e modelo do produto ofertado, acompanhada de catálogo técnico ou manual do fabricante que comprove o atendimento integral às especificações exigidas neste Termo de Referência. A ausência de identificação de marca e modelo, ou a não comprovação das especificações técnicas por meio de documentação oficial do fabricante, implicará na desclassificação da proposta.

REFRIGERADOR EXCLUSIVO PARA MEDICAMENTOS (2°C A 8°C)

1. OBJETO E FINALIDADE: Destinado ao armazenamento seguro de medicamentos, imunobiológicos e termossensíveis em farmácias hospitalares, salas de vacina e laboratórios. Justificativa: Garantir a estabilidade térmica (2°C a 8°C) conforme RDC ANVISA nº 430/2020 e boas práticas de armazenamento, preservando eficácia terapêutica e segurança dos produtos.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: 2.1 Capacidade e Dimensões: Volume útil entre 200 e 400 litros. Dimensões externas máximas: 80x80 cm (LxP). Justificativa: Capacidade adequada para rotina hospitalar sem ocupar espaço excessivo. 2.2 Controle de Temperatura: Faixa de 2°C a 8°C com controlador digital externo. Precisão de $\pm 1^\circ\text{C}$ e uniformidade interna máxima de 3°C. Tempo de recuperação após abertura de porta: máximo 15 minutos. Justificativa: Mantém cadeia de frio mesmo em aberturas frequentes, atendendo protocolos de farmacovigilância. 2.3 Sistema de Alarmes: Audiovisuais para temperatura fora da faixa (alta/baixa), porta aberta, falha de energia e falha técnica. Memória de eventos e botão de silenciamento temporário. Justificativa: Permite resposta imediata a desvios críticos e rastreabilidade de ocorrências. 2.4 Monitoramento: Display externo em tempo real. Registro de máximas e mínimas. Sensor calibrado ($\pm 0,5^\circ\text{C}$). Justificativa: Facilita monitoramento sem abertura da porta, reduzindo variações térmicas. 2.5 Porta e Interno: Porta de vidro duplo/triplo antiembaçante com fechamento automático. Mínimo de 04 prateleiras ajustáveis em material não poroso (inox ou

3	REFRIGERADOR EXCLUSIVO PARA MEDICAMENTOS (2 A 8°C)	618185	<p>plastificado). Iluminação LED de baixo aquecimento. Justificativa: Vidro permite visualização sem abertura; LED evita aquecimento adicional. 2.6 Refrigeração: Compressor silencioso (máx. 45 dB). Gás ecológico livre de CFC. Degelo automático e ventilação forçada para homogeneidade térmica. Justificativa: Operação silenciosa; degelo automático elimina desligamentos periódicos; ventilação assegura distribuição uniforme. 2.7 Construção: Bivolt automático (110/220V). Gabinete externo em aço pintado /inox e interno em ABS/inox. Isolamento em poliuretano de alta densidade. Pés niveladores. Justificativa: Bivolt garante flexibilidade; isolamento maximiza eficiência energética; materiais inertes facilitam desinfecção.</p> <p>3. PRAZO DE ENTREGA: O prazo máximo de entrega do objeto será de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento ou assinatura do contrato.</p> <p>4. REQUISITOS REGULATÓRIOS: Registro ANVISA vigente. Certificação INMETRO. Atendimento à RDC 430 /2020 e normas ABNT NBR IEC 60335-2-24. Equipamento novo, com manual em português. Justificativa: Assegura conformidade legal, rastreabilidade e segurança elétrica.</p> <p>5. INSTALAÇÃO E TREINAMENTO: Entrega técnica inclusa com nivelamento, programação e testes de uniformidade/alarmes. Treinamento operacional presencial (mín. 3h) para até 15 profissionais, abordando operação, limpeza e solução de problemas. Justificativa: Instalação técnica garante funcionamento correto; treinamento previne perdas por manuseio inadequado.</p> <p>6. ASSISTÊNCIA E SUPORTE: Rede nacional. Atendimento urgente em 24h e não urgente em 48h. Conclusão de reparo em até 5 dias úteis (ou fornecimento de comodato sem ônus). Justificativa: Minimiza inoperância e garante continuidade do armazenamento seguro.</p> <p>7. GARANTIA: Mínimo de 24 meses integral (estrutura, compressor, eletrônicos). Inclui manutenção preventiva semestral, corretiva, peças originais e calibração anual sem ônus. Justificativa: Garantia estendida com preventivas programadas reduz falhas inesperadas e prolonga vida útil.</p> <p>8. DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA: Catálogo técnico, Registro ANVISA, Termo de Garantia, Certificado de Calibração/Conformidade e Atestados de Capacidade Técnica.</p> <p>9. ACEITAÇÃO E REJEIÇÃO: Recebimento definitivo após testes de estabilização térmica e funcionamento dos alarmes. Rejeição automática para equipamentos usados, ruidosos ou que não mantenham a faixa térmica especificada. Justificativa: Testes rigorosos asseguram que apenas equipamentos plenamente conformes sejam aceitos. A ausência de comprovação técnica das especificações declaradas, por meio de catálogo, manual ou documento oficial do fabricante, implicará na desclassificação da proposta.</p> <p>11. OBRIGAÇÕES E SANÇÕES: Conforme Lei 14.133 /2021. Multas de até 20% por descumprimento. Julgamento por Menor Preço.</p> <p>12. DAS EXIGÊNCIAS GERAIS DA PROPOSTA: A proposta deverá conter, obrigatoriamente, a indicação de</p>	UND	R\$ 10.412,00	2	R \$ 20.824,00
---	----------------------------------------------------	--------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----	---------------	---	----------------

			marca e modelo do produto ofertado, acompanhada de catálogo técnico ou manual do fabricante que comprove o atendimento integral às especificações exigidas neste Termo de Referência. A ausência de identificação de marca e modelo, ou a não comprovação das especificações técnicas por meio de documentação oficial do fabricante, implicará na desclassificação da proposta.				
VALOR TOTAL ESTIMADO							R\$ 68.023,90

1.1.2. Estimativa de consumo individualizado do órgão gerenciador:

ITEM	DESCRIÇÃO ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
4	CARRINHO DE EMERGENCIA E PARADA	UND	1	5	5
6	MARCAPASSO CARDIACO HOSPITALAR	UND	1	2	2
9	REFRIGERADOR EXCLUSIVO PARA MEDICAMENTOS (2 A 8°C)	UND	1	2	2

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato ou da emissão da nota de empenho, conforme o caso, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, limitado ao período necessário ao cumprimento das obrigações assumidas, incluídos entrega, recebimento definitivo e eventuais garantias.

1.5. Os materiais cotados deverão estar obrigatoriamente registrados no Ministério da Saúde/ANVISA, mesmo que importados, considerando a obrigação prevista no artigo 12 da Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976.

1.5.1. Caso o registro do produto esteja vencido e a empresa tenha protocolado sua revalidação sem que tenha sido publicada no Diário Oficial da União, a licitante deverá apresentar o registro anterior vencido ou a publicação do registro antigo na Imprensa Oficial, acompanhada, em ambos os casos, do protocolo de revalidação, sendo necessário que este tenha sido protocolado no máximo até o primeiro semestre do último ano quinquênio de validade do registro, conforme disposto no art. 12, § 6º da Lei nº 6.360/76, regulamentada pelo Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013.

1.6. Em caso de divergência entre as descrições constantes da relação de itens gerada pelo Portal de Compras do Governo Federal e aquelas contidas neste Termo de Referência, prevalecerão as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência, por constituir o documento técnico que fundamenta a contratação e integra o instrumento convocatório.

1.7. O presente Termo de Referência não contém informações classificadas ou sigilosas, nos termos da legislação vigente sobre acesso à informação.

1.8. Trata-se de contratação de fornecimento de bens permanentes, sem dedicação exclusiva de mão de obra, não contínua, com entrega conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.9. A contratação poderá ser realizada por itens, de forma a ampliar a competitividade, observada a viabilidade técnica e econômica, nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

1.10. Eventual prorrogação da Ata de Registro de Preços, com renovação do quantitativo inicialmente registrado, ficará condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços, ao interesse da Administração e à formalização de termo aditivo, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023, se prevista no instrumento convocatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação, bem como a definição dos quantitativos estimados, encontra-se devidamente detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), especialmente no que se refere à necessidade de republicação dos itens fracassados do Pregão Eletrônico nº 90016/2026, documento integrante do processo e que subsidia a elaboração deste Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

- 2.2. O objeto da contratação encontra-se previsto no Plano de Contratações Anual (PCA), elaborado nos termos do art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, conforme registrado no PNCP, com os seguintes dados:
- I. ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000001/2026
 - II. Data de publicação no PNCP: 01/04/2025
 - III. Id do item no PCA: 165
 - IV. Classe/Grupo: 6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS
 - V. Identificador da Futura Contratação: 112408-72/2026

2.2.2. Embora o Plano de Contratações Anual tenha sido elaborado no exercício de 2025, a presente contratação será executada no exercício subsequente, conforme o planejamento institucional, não havendo incompatibilidade com o registro realizado no PNCP.

2.3. A presente contratação está alinhada ao planejamento estratégico e às necessidades assistenciais do Hospital das Forças Armadas, especialmente no que se refere à recomposição dos itens fracassados no certame anterior, contribuindo para a manutenção da capacidade operacional da Unidade de Terapia Intensiva.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste Termo de Referência, especialmente no que se refere à republicação dos itens fracassados do Pregão Eletrônico nº 90016/2026.

3.2. A solução proposta mostra-se adequada às necessidades assistenciais da Unidade de Terapia Intensiva, especialmente quanto à recomposição dos itens fracassados no certame anterior, considerando critérios de desempenho, segurança, confiabilidade operacional e compatibilidade com a infraestrutura existente no Hospital das Forças Armadas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A solução proposta compreende a aquisição de equipamentos médico-hospitalares permanentes, novos e sem uso prévio, referente à republicação dos itens fracassados do Pregão Eletrônico nº 90016/2026, com especificações técnicas compatíveis com ambientes críticos, visando assegurar a continuidade, a segurança e a qualidade da assistência prestada aos pacientes da UTI.

4.2. Sustentabilidade

4.2.1. Os bens fornecidos deverão atender, quando aplicável, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, priorizando eficiência energética, durabilidade, possibilidade de manutenção e descarte ambientalmente adequado.

4.2.2 A contratação observará, no que couber, critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da Lei nº 14.133/2021, compatíveis com a natureza dos bens destinados à Unidade de Terapia Intensiva.

4.2.3. Considerando as especificidades técnicas, sanitárias e regulatórias dos produtos para saúde, os critérios de sustentabilidade aplicáveis restringem-se àqueles compatíveis com as normas da ANVISA, com a segurança do paciente e com a manutenção da eficácia dos equipamentos, não sendo admitidas exigências que comprometam o desempenho ou a regularidade sanitária dos bens.

4.2.4. Sempre que tecnicamente viável, as embalagens deverão ser adequadas ao transporte e armazenamento, priorizando a redução de volume e o uso racional de materiais, sem prejuízo da integridade e esterilidade dos produtos.

4.3. A proposta deverá indicar marca e modelo do produto ofertado, exclusivamente para fins de identificação técnica e verificação de conformidade com as especificações deste Termo de Referência. Deverá ser apresentado catálogo técnico ou manual do fabricante que comprove o atendimento às especificações exigidas, sob pena de desclassificação da proposta.

4.3.1. A proposta deverá indicar marca e modelo do produto ofertado, exclusivamente para fins de identificação técnica e verificação de conformidade com as especificações deste Termo de Referência, não configurando direcionamento ou restrição à competitividade.

4.4. Subcontratação

4.4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5. Garantia da contratação

4.5.1. Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, considerando a natureza do objeto, o fornecimento integral dos bens e a mitigação de riscos por meio das demais cláusulas contratuais e exigências sanitárias.

4.6. Margem de Preferência:

4.6.1. O objeto da contratação não se enquadra na margem de preferência prevista no Decreto nº 11.890, de janeiro de 2024.

4.7. As exigências relativas à regularidade sanitária e à habilitação técnica dos licitantes encontram-se detalhadas em item específico deste Termo de Referência.

4.7.1. O licitante deverá apresentar comprovação de registro do produto junto à ANVISA, quando exigível, nos termos da legislação vigente, como condição para aceitação da proposta.

4.7.2. O interessado deverá possuir Alvará Sanitário expedido pelo órgão de Vigilância Sanitária de competência Municipal de sua sede, válido para o corrente ano, para exercer as atividades de comercialização e/ou distribuição do item objeto da contratação, conforme previsto no Caput do art. 2º do Decreto nº 8.077, de 2013.

4.7.3. Os interessados deverão possuir Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE) para correlatos/produtos para saúde, conforme Resolução – RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); e Caput do art. 2º do Decreto nº 8.077, de 2013. Caso o licitante seja dispensado da AFE, deverá apresentar documento de comprovação da dispensa.

4.7.4. Os interessados deverão apresentar o certificado, atestado ou termo de responsabilidade técnica da empresa junto ao Conselho Regional competente.

4.8. POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO REGISTRADO EM ATA

4.8.1. Considerando que a presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, a vigência da Ata observará as disposições do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada, desde que atendidos os requisitos legais.

4.8.2. A eventual prorrogação da Ata de Registro de Preços, com renovação do quantitativo, ficará condicionada à comprovação da manutenção da vantajosidade dos preços registrados, à existência de dotação orçamentária suficiente, ao atendimento do interesse público, bem como à concordância formal da contratada, mediante a celebração do respectivo termo aditivo, dentro do prazo de vigência da Ata.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As especificações técnicas, quantitativos, unidades de fornecimento e valores estimados dos itens referentes à republicação dos itens fracassados do Pregão Eletrônico nº 90016/2026 encontram-se descritos em tabela própria constante deste Termo de Referência, sendo parte integrante e indissociável deste instrumento.

5.1.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento e da Nota de Empenho, podendo ser ajustado mediante justificativa técnica aceita pela Administração.

5.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: 12408 - HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS: Estrada do Contorno do Bosque S/Nº, Setor HFA - Sudoeste - Brasília/DF - CEP: 70673-900, Seção de Almoxarifado, Sala de Entrada, portão de acesso pela Via HCE Dois, no horário entre 7:00h às 11:00h e de 13:00h às 15:30h, de segunda a quinta-feira e de 7:00h às 11:00h na sexta-feira.

5.2. Todos os equipamentos deverão ser fornecidos novos, sem uso prévio, acompanhados de manuais em língua portuguesa, termos de garantia e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento.

5.3. A Ordem de Fornecimento será emitida por meio de sistema eletrônico oficial do HFA, devidamente assinada pela autoridade competente.

5.4. O recebimento dos materiais será realizado pela Seção de Recebimento de Materiais (recebimento provisório), com apoio do setor solicitante (recebimento definitivo), que ficará responsável pela verificação da conformidade com as especificações técnicas.

5.4.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 5 (cinco) dias, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.4.2. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.4.3. Os bens que necessitem de montagem serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados da montagem pelo fornecedor, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.4. Quando aplicável, os licitantes deverão disponibilizar condições mínimas para verificação do funcionamento dos equipamentos, bem como fornecer manuais em língua portuguesa, sem ônus adicional.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, no edital e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. Inclui-se como hipótese de rejeição a ausência de comprovação técnica das especificações declaradas na proposta, por meio de catálogo, manual ou documento oficial do fabricante.

5.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez, segurança e funcionamento dos bens, nem a responsabilidade ético-profissional e administrativa do Contratado.

5.9.1. A aceitação dos equipamentos está condicionada à verificação do atendimento integral às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.

5.10. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.10.1. Todos os bens objeto da presente contratação estão sujeitos à garantia legal prevista na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), aplicável independentemente de previsão expressa, nos termos da legislação vigente.

5.10.2. Além da garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor, será exigida garantia contratual complementar para os equipamentos médico-hospitalares permanentes objeto da contratação, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, ou pelo prazo superior oferecido pelo fabricante, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo.

5.10.3. Para eventuais acessórios, componentes ou materiais que não se caracterizem como equipamentos permanentes, aplica-se exclusivamente a garantia legal prevista na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, salvo se houver previsão diversa expressamente indicada nas especificações técnicas.

5.10.4. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o contratante

5.10.5. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado ou por meio de assistência técnica própria, credenciada ou autorizada pelo fabricante, de acordo com as normas técnicas aplicáveis.

5.10.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.10.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, salvo justificativa técnica aceita pela Administração, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.10.10. Quando aplicável e tecnicamente viável, caso o prazo de reparo ultrapasse o limite estabelecido, a contratada deverá adotar medidas para garantir a continuidade do serviço, conforme avaliação da Administração.

5.10.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.10.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.10.13. Quando aplicável e tecnicamente possível, caso o prazo de reparo ultrapasse o limite estabelecido, a contratada deverá disponibilizar equipamento substituto equivalente, sem ônus adicional para a Administração, até a conclusão do reparo.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

FISCALIZAÇÃO

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

"Fiscalização Técnica"

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.6.1. O fiscal técnico deverá verificar, no ato do recebimento e durante a execução contratual, o atendimento integral às especificações técnicas previstas no Termo de Referência, especialmente quanto à marca, modelo, características técnicas e regularidade sanitária dos equipamentos.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.1. A verificação técnica deverá ser realizada com base em documentos oficiais do fabricante, como manuais, catálogos e registros junto à ANVISA, não sendo suficiente a mera declaração do licitante na proposta.

6.8. Identificada qualquer inexatidão, irregularidade ou não atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência, o fiscal técnico do contrato emitirá notificação à contratada para correção, podendo, quando cabível, recomendar a recusa do objeto, nos termos contratuais.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

"Fiscalização Administrativa"

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.14.1. A contratada é integralmente responsável pela veracidade das informações técnicas apresentadas na proposta, sendo passível de sanções administrativas caso se verifique divergência entre as especificações declaradas e o produto efetivamente fornecido.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato."

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa, prestar declaração falsa ou indicar especificações técnicas que não correspondam ao produto efetivamente fornecido;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.1.1. Considera-se, ainda, infração contratual o fornecimento de equipamento em desacordo com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, incluindo divergência de marca, modelo, desempenho, funcionalidades ou regularidade sanitária.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e no subitem 7.1.1 do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nos casos de fornecimento de equipamento com especificações técnicas divergentes das declaradas na proposta, quando caracterizada má-fé ou tentativa de indução ao erro da Administração.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas 'e' a 'h' do subitem 7.1, de 0,5 % a 2 % do valor do Contrato.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea 'c' do subitem 7.1, de 0,5 % a 5 % do valor do Contrato.

7.2.4.4. Para infração descrita na alínea 'b' do subitem 7.1, a multa será de 0,5 % a 20 % do valor do Contrato.

7.2.4.5. Para infrações descritas na alínea 'd' do subitem 7.1, a multa será de 0,5 % a 2 % do valor do Contrato.

7.2.4.6. Para a infração descrita na alínea 'a' do subitem 7.1, a multa será de 0,5 % a 10 % do valor do Contrato.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.3.1. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.3.4. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.3.5. A divergência entre as especificações técnicas declaradas na proposta e o produto efetivamente entregue poderá ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4.1. A constatação de irregularidades técnicas poderá ocorrer tanto na fase de recebimento quanto durante a execução contratual, mediante verificação do fiscal técnico, com base em documentação oficial do fabricante e registros regulatórios.

7.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.7. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.8.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8.2. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros

contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.9.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.9.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. A garantia mínima dos bens será aquela prevista no Código de Defesa do Consumidor, acrescida da garantia contratual ofertada pelo fabricante, quando superior.

8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, mediante análise de documentação técnica oficial do fabricante e, quando aplicável, de registros junto à ANVISA.

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, incluindo divergência de marca, modelo, características técnicas, desempenho ou regularidade sanitária, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade, quantidade e do atendimento integral às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, mediante análise técnica detalhada e consequente aceitação por meio de termo circunstanciado.

8.1.4. Quando aplicável, observado o disposto no art. 140, §4º, da Lei nº 14.133/2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.5.1. A aceitação definitiva do objeto fica condicionada à comprovação documental de todas as especificações técnicas exigidas, não sendo suficiente a mera declaração constante na proposta da contratada.

8.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.1.8.1. Quando aplicável, será obrigatória a verificação da regularidade do produto junto à ANVISA, incluindo a validade do registro ou cadastro sanitário, como condição para o recebimento definitivo.

8.1.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

8.1.9.1. A aceitação do objeto não afasta a possibilidade de posterior verificação de inconformidades técnicas, podendo a Administração, a qualquer tempo dentro do prazo de garantia, exigir a substituição do equipamento caso constatado descumprimento das especificações exigidas.

8.2 Liquidação

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.2.2.1. o prazo de validade;

8.2.2.2. a data da emissão;

8.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.2.2.5. o valor a pagar; e

8.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.2.5.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.2.5.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.8. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5. Cessão de Crédito

8.5.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante

8.5.2. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.5.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.5.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

8.5.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.5.6. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8.6. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em 23/12/2025.

8.8. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.9. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.10. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.11. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.12. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou, de qualquer forma, não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.14. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.1.2. São condições de aceitabilidade da proposta e requisitos técnicos do objeto:

9.1.2.1. Para todos os itens a licitante deverá comprovar, sob pena de não aceitação da proposta, que o produto oferecido está devidamente registrado junto a ANVISA, conforme o Caput do Art. 7º do Decreto nº 8.077, de 2013; e o Caput do Art. 12 da Lei nº 6.360, de 1976.

9.1.2.2. A comprovação do registro dar-se-á mediante apresentação de arquivo, em PDF, de consulta ao site da ANVISA, no link: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/>

9.1.2.3. A informação do número do registro do produto no Ministério da Saúde, uma vez colocada pelo fornecedor na proposta apresentada ou no campo do sistema do Portal de Compras, permitirá que o pregoeiro ou a equipe de apoio consulte a validade e a regularidade do registro no sítio oficial da ANVISA (por tratar-se de consulta pública).

9.1.2.4. Caso o produto seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar a legislação correspondente, sob as penas da lei

9.1.2.5. A proposta deverá conter, obrigatoriamente, a indicação de marca e modelo do produto ofertado, acompanhada de catálogo técnico ou manual oficial do fabricante, que comprove o atendimento integral às especificações exigidas no Termo de Referência.

9.1.2.6. Não será aceita proposta que se limite à reprodução das especificações do edital sem a devida comprovação técnica por meio de documentação oficial do fabricante.

9.1.2.7. A análise das propostas será realizada com base na documentação técnica apresentada, sendo desclassificada a proposta que não comprovar o atendimento às especificações exigidas.

9.1.2.8. Será desclassificada a proposta que:

- a) não apresentar marca e modelo do produto ofertado;
- b) não apresentar catálogo ou manual técnico do fabricante;
- c) apresentar informações técnicas divergentes das constantes na documentação oficial;
- d) não comprovar registro válido ou regularidade junto à ANVISA, quando exigível;
- e) apresentar equipamento incompatível com as especificações mínimas do Termo de Referência.

9.1.2.9. A mera declaração do licitante quanto ao atendimento das especificações não será considerada suficiente para fins de aceitação da proposta.

9.2. Forma de fornecimento

9.2.1. O fornecimento do objeto será integral.

9.3. Exigências de habilitação

9.3.1. Os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, econômico-financeira e técnica estão detalhados nos itens 9.4 a 9.8:

9.4. Habilitação jurídica

9.4.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.4.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.4.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.4.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.4.9. Os fornecedores interessados deverão possuir Alvará Sanitário expedido pelo órgão de Vigilância Sanitária de competência Municipal de sua sede, válido para o corrente ano, para exercer as atividades de comercialização e/ou distribuição dos itens objeto da contratação, conforme previsto no Caput do art. 2º do Decreto nº 8.077, de 2013.

9.4.10. As atividades exercidas pela empresa deverão constar no Alvará, conforme previsto no § único do art. 2º do Decreto nº 8.077, de 2013.

9.4.11. Protocolos para obtenção do Alvará não serão aceitos, sendo admitidos apenas protocolos de renovação, devidamente autenticados.

9.4.12. Caso seja dispensada de tal autorização, por força de dispositivo legal, a empresa deverá apresentar a legislação correspondente, sob as penas da lei.

9.4.13. Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA. Caso a licitante seja dispensada da AFE, deverá apresentar documento de comprovação da dispensa;

9.4.14. A apresentação da AFE dar-se-á por meio de sua publicação no DOU ou da apresentação, em PDF, de consulta atualizada a empresas autorizadas feita junto ao site da ANVISA, no link: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/empresas/>. A AFE deverá estar na situação de “ativa”.

9.4.15. Protocolos de solicitação de autorização de funcionamento não serão aceitos, sendo admitidos apenas protocolos de renovação, devidamente autenticados.

9.4.16. As atividades exercidas pela empresa deverão constar na Autorização, conforme previsto no § único do art. 2º do Decreto nº 8.077, de 2013.

9.4.17. Caso seja dispensada de tal autorização, por força de dispositivo legal, a empresa deverá apresentar a legislação correspondente, sob as penas da lei.

9.4.18. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.5.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.6. Qualificação Econômico-Financeira

9.6.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução), ou de sociedade simples; Normativa Seges/ME nº 116, de 2021;

9.6.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art.);69, caput, inciso II.

9.6.3. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

	Ativo Circulante
--	------------------

LC =	Passivo Circulante
------	--------------------

9.6.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo10% do valor total estimado da contratação.

9.6.5. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.6.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.6.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.6.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.7.Qualificação Técnica

9.7.1. Certidão de Regularidade Técnica, vigente e expedido pelo Conselho Regional de Farmácia do estado onde se situar a empresa vencedora, conforme Resolução CFF 721/2022, em plena validade.

9.7.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, *quando for o caso*.

9.8. Disposições gerais sobre habilitação

9.8.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.8.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.8.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.8.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O contratado estará sujeito às sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, especialmente nos casos de apresentação de informações inverídicas, documentação inconsistente ou não comprovação das especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

10.1.1. A apresentação de proposta contendo informações técnicas não comprovadas por documentação oficial do fabricante poderá ensejar aplicação de sanções administrativas, sem prejuízo da desclassificação da proposta.

10.2. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante o período de 12 (doze) meses contado da data da apresentação da proposta.

10.3. Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, mediante solicitação da contratada, com base na variação do índice IPCA, observado o disposto no art. 134 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4.Independentemente do reajuste, poderá ser concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a qualquer tempo, desde que devidamente comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

10.5. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados, desde que devidamente justificados e comprovados, em decorrência de eventual redução dos preços de mercado ou de fatos que elevem os custos do objeto registrado, nas seguintes situações:

10.5.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.5.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.5.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.5.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10.6. Todas as solicitações de reajuste, reequilíbrio ou repactuação deverão ser formalmente justificadas e acompanhadas de documentação comprobatória, cabendo à Administração a análise quanto à sua procedência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária será realizada no momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, nos termos da legislação vigente, sendo assegurada previamente a existência de recursos orçamentários suficientes para a contratação.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações constantes neste Termo de Referência não se enquadram nas hipóteses de classificação previstas no art. 23 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), não havendo impedimento para sua divulgação, assegurada a transparência e o acesso público aos dados, nos termos da legislação vigente.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1 Formalização da contratação

13.1.1. O adjudicatário deverá observar o prazo e as condições estabelecidas no edital de licitação, após sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, inclusive a Nota de Empenho, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e desde que aceite pela Administração.

13.1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

13.1.4. O referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

13.1.5. O contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, neste Termo de Referência e em seus anexos.

13.2 Vigência e prorrogação

13.2.1. O prazo de vigência da contratação será aquele estabelecido neste Termo de Referência, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período inicialmente previsto por motivo não imputável ao contratado, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da apuração de responsabilidade quando cabível.

13.3 Obrigações do contratante

13.3.1. Receber o objeto no local e prazo estabelecidos.

13.3.2. Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pelo contratado.

13.3.3. Garantir o armazenamento e manuseio adequado conforme orientações do fabricante.

13.3.4. Notificar o contratado, por escrito, sobre quaisquer irregularidades, fixando prazo para correção.

13.3.5. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

13.3.6. Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas.

13.3.7. Aplicar sanções quando cabível.

13.3.8. Encaminhar à Advocacia-Geral da União situações de descumprimento contratual, quando necessário.

13.3.9. Emitir decisão sobre solicitações e reclamações.

13.3.10. Decidir no prazo de até 30 dias, admitida prorrogação motivada.

13.3.11. Analisar pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro.

13.3.12. A Administração não responderá por compromissos assumidos pelo contratado com terceiros.

13.4 Obrigações do contratado

13.4.1. Cumprir integralmente o Termo de Referência e assumir os riscos da execução.

13.4.2. Entregar o objeto com manual em português, nota fiscal e identificação completa (marca, modelo, fabricante).

13.4.3. Comprovar, quando solicitado, que o equipamento atende às especificações técnicas exigidas.

13.4.4. Responsabilizar-se por vícios e danos.

13.4.5. Comunicar atrasos com antecedência mínima de 24 horas.

13.4.6. Atender às determinações da fiscalização.

13.4.7. Substituir ou corrigir itens com defeito.

13.4.8. Manter regularidade fiscal e trabalhista.

13.4.9. Manter condições de habilitação durante toda a execução.

13.4.10. Cumprir obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

13.4.11. Garantir compatibilidade técnica dos equipamentos com a estrutura do HFA.

13.4.12. Realizar instalação, configuração e testes iniciais, quando aplicável.

13.4.13. Realizar treinamento técnico quando solicitado.

13.4.14. Garantir disponibilidade de peças por no mínimo 5 anos.

13.4.15. Garantir atualização de software/firmware, quando aplicável.

13.4.16. Apresentar documentação sanitária exigida (ANVISA, AFE, CBPF, quando aplicável).

13.5 Extinção contratual

(Ajustado só para clareza, mantendo conteúdo)

13.6 Casos omissos

13.6.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme a Lei nº 14.133/2021 e normas aplicáveis.

13.7 Alterações contratuais

13.7.1. Regidas pelos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

13.7.2. Acréscimos ou supressões até 25%.

13.7.3. Ajustes formais por termo aditivo ou apostila.

13.8 Foro

13.8.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília/DF.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

1. Por meio deste instrumento, a empresa _____, CNPJ Nº _____, declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VAGNER DE MATOS VASCONCELOS CARVALHO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 13:52:53.

BRUNO MACHADO BORTOLOTTO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 11:02:26.

JONATAS VICTOR VENANCIO DE BARROS

Integrante técnico



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 14:09:27.